SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

15/06/2015 - Exame

A morte da marca GVT

A Telefônica pagou R$ 22 bilhões para ser a dona da GVT, no que foi o maior acordo de fusões e aquisições no Brasil durante o ano passado. O que ela planeja fazer com a empresa? Integrá-la a ponto de sumir com a marca, é claro.

Isto foi revelado por Amos Genish, presidente da Vivo desde março e ex-CEO da GVT, em entrevista à Exame. A ideia inicial era manter a GVT como uma empresa independente por três anos, mas ele quer acelerar a integração com a Vivo:

Desde que cheguei, deixei claro que não sou mais da GVT. Houve até uma discussão sobre marcas nesse novo plano — algumas pessoas queriam contratar consultorias para avaliar se valia a pena manter algo da GVT. Eu falei que não precisa, não existe mais GVT, vamos usar só Vivo.

É muito dolorido, algumas pessoas vinham brigar comigo. Eu disse a elas: como eu construí esse nome, também tenho o direito de matar a marca.

Em outubro, o então presidente da Vivo, Antônio Carlos Valente, dava a entender que a marca GVT continuaria a existir: "a marca é muito valorizada e teremos que gerenciar isso com a visão dos clientes". Ele saiu do cargo e os planos aparentemente mudaram.

Concorrência

Genish está bastante interessado em concorrer com a NET, especialmente nas áreas de banda larga e TV por assinatura. Após a aquisição da GVT, a Telefônica passou a liderar o mercado de banda larga com 31% dos clientes, contra 30% da Oi e 30% da NET, segundo o relatório anual de 2013 da Anatel.

No caso da TV paga, a NET ainda é líder disparada, com 54% do mercado. A Sky está em segundo lugar, com 30%. Vivo e GVT têm, juntas, 7%.

Segundo dados da Anatel, a GVT é bem avaliada pelos serviços de banda larga fixa, mas não em telefonia ou TV. Já a Vivo é listada como uma das piores operadoras nessas três áreas.

Na entrevista à Exame, Genish diz que planeja modernizar a rede de fibra óptica, especialmente em São Paulo, e realizar mais investimentos na Vivo. "Queremos que os brasileiros tenham o mesmo [nível de qualidade] que os clientes alemães, ingleses ou coreanos. É possível fazer isso em três anos", diz o executivo.

Ainda este ano, a Vivo planeja lançar pacotes integrando celular, telefone fixo, banda larga e TV por assinatura. No ano que vem, esses pacotes terão uma conta única e serão atendidos pelo mesmo call center. A Vivo quer economizar cerca de R$ 1,2 bilhão por ano em sinergias.

Acordos

Como a aquisição afeta os clientes? Bem, mesmo com o fim da marca GVT, a Telefônica terá que manter as ofertas e os serviços que ela oferece atualmente. As duas empresas também não poderão reduzir a cobertura geográfica da banda larga, TV por assinatura e telefonia fixa por pelo menos três anos.

Além disso, GVT e Telefônica se comprometeram a manter a velocidade média para clientes atuais em pelo menos 15,1 Mbps por no mínimo três anos. No estado de São Paulo, a média deve ser de 18,25 Mbps.

Tudo isso faz parte de acordos firmados com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que defende a concorrência no Brasil, e foram necessários para que a aquisição fosse aprovada.

Em setembro, Genish disse à Exame que vendeu a GVT – empresa que ele próprio fundou há quinze anos – porque "o ciclo da GVT independente no Brasil terminou". A operadora precisaria apostar forte em redes celulares, mas isso seria difícil. A Vivo é a maior operadora brasileira de telefonia móvel.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/06/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – Uma Telebras forte e transparente

O papel da Telebras na universalização do acesso à banda larga foi o mote central da reunião entre as entidades da Campanha Banda Larga é um Direito Seu e o novo presidente da Telebras, Jorge Bittar. A reunião ocorreu no dia 12 de junho, na sede do Clube de Engenharia, no Rio.

Ao contextualizar a recriação da Telebras, em 2010, Bittar resumiu o papel que a empresa vem desempenhando desde então: complementar às outras operadoras no atacado, parceira dos provedores de internet e reguladora do mercado. Essa atuação resultou, de imediato, segundo ele, numa redução de cerca de 50% nos preços dos serviços de banda larga no atacado.

Em relação ao tema que levou as entidades a pedirem a reunião, Bittar acredita que a Telebras terá protagonismo no provimento de recursos físicos do Banda Larga para Todos, pois a empresa é um dos três pilares do programa. Os outros dois são os leilões reversos e a revisão dos contratos de concessão. Conforme ele, a rede da Telebras já tem 21 mil km de extensão e vai crescer com a parceria com a Eletrobras na utilização da rede de fibras óticas das operadoras elétricas ligadas à estatal. Além disso, nas compras de equipamentos e sistemas, a Telebras vem, e vai, continuar privilegiando a indústria nacional, como determina a legislação vigente.

Bittar esclareceu que a Telebras está envolvida em dois grandes projetos: o da construção do satélite brasileiro e o do cabo submarino ligando o Brasil à Europa.

O satélite vai permitir a prestação de serviços de banda larga às Forças Armadas e em regiões menos acessíveis. O centro de operações da Telebras/Forças Armadas será na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Segundo Bittar, o preço das estações Vsat, de recepção por satélite, já está competitivo para atendimento de localidades não alcançadas pelas fibras. O lançamento do satélite e o início da operação estão previstos para 2017, sob a coordenação da Visiona, empresa de cooperação entre a Embraer e a Telebras.

O novo cabo submarino ligará Fortaleza a Portugal e servirá para atender ao tráfego internet para a Europa, uma vez que o atual cabo já está saturado.

Um dos pontos centrais para Bittar é melhorar a atuação comercial da Telebras para atendimento principalmente dos órgãos governamentais. A ideia é de que a Telebras vá ao encontro dos clientes, e não apenas espere ser contatada. Deve atuar junto aos provedores de internet, estimulando a demanda e oferecendo recursos de backhaul e backbone. Para isto, está em discussão a ideia da criação de um fundo garantidor para viabilizar os investimentos.

Ele se declarou favorável a uma maior participação da sociedade civil, tanto em relação ao Banda Larga para Todos como nas discussões dos caminhos a serem trilhados pelas comunicações nacionais. E se comprometeu a conversar com o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, sobre esses pontos. Também assumiu o compromisso de dar maior transparência às ações da Telebras e abrir mais informações no site da empresa.

O Instituto Telecom acredita que uma maior aproximação da Anatel com o Minicom, a Telebras e a sociedade civil é muito importante para que a Telebras possa alcançar seus objetivos e ser um ator importante na construção de uma verdadeira Banda Larga para Todos. Para o Instituto Telecom, uma oferta adequada de banda larga passa pela utilização de uma rede pública, com preços justos, qualidade de serviço e definição de metas de universalização.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/06/2015 - Convergência Digital

Governo começa novo projeto para conectar escolas públicas à internet

O governo começa a estruturar um novo projeto para garantir conexões à internet às escolas públicas do país, sete anos depois do acordo que resultou no Programa Banda Larga nas Escolas. Para isso, reuniu nesta segunda, 15/6, duas dezenas de diferentes 'especialistas' do governo, de empresas, institutos de pesquisa e interessados. Como foi um primeiro encontro, não houve, e nem seria possível, conclusões além de que a conectividade atual é ruim.

A iniciativa é da Secretaria de Assuntos Estratégicos e faz parte da missão de colocar de pé um programa que atenda ao lema do segundo mandato de Dilma Rousseff: Pátria Educadora. Mas se o primeiro passo da SAE arrepiou educadores, por propor soluções sem atentar para o acúmulo de debates e a existência de um Plano Nacional de Educação, o ministro Mangabeira Unger e sua equipe se mostraram bastante dispostos a conhecer o que existe de legado sobre a conectividade das instituições de ensino.

A parte mais conhecida desse legado é o Banda Larga nas Escolas, acerto costurado entre 2007 e 2008 e que resultou na troca de obrigações de universalização assumidas pelas concessionárias de telefonia. Ele prevê acesso à internet nas (então) quase 60 mil escolas públicas urbanas do país – hoje são mais de 65 mil. Mas a velocidade de conexão é baixa para o uso coletivo: até 2 Mbps. "Na época, 2 Mbps era razoável. Em 2015, está subdimensionado", admitiu o diretor do Sinditelebrasil, o sindicato nacional das teles, Carlos Duprat.

Até por isso, a SAE descreve um programa que indique metas nacionais, notadamente de velocidades de conexão, ainda que elas respeitem variáveis de infraestrutura existente, prioridade e capacidade de execução local – inevitáveis em um país de contrastes como o Brasil. Mais relevante parece ser o governo tratar o acesso à internet como inerente à desejada 'pátria educadora'. "A conectividade da rede pública, com velocidade significativa, é preliminar decisiva para que a gente avance com uso de novas tecnologias e acelere a realização dos demais eixos do projeto geral de qualificação do ensino básico", resumiu o subsecretário de ações estratégicas da SAE, Daniel Vargas.

Mas ficou evidenciado o grande desconhecimento do governo federal sobre o que existe fora de sua seara. O secretário de Educação do Amazonas, Rossieli Soares da Silva, revelou, por exemplo, que todas as escolas de Manaus contam com redes de fibras ópticas. "No mapeamento apresentado pelas teles, duvido que tenha o que estados e municípios investiram. Nem é discutido", lamentou. O caso do Amazonas não é único. O consultor da Fundação Lemann, Diogo Moyses, emendou: "Chama atenção nos estudos a duplicidade de esforços. Quase todos os estados têm algum tipo de investimento. Às vezes chega-se ao ponto de ter duas 'caixinhas' na mesma sala de aula."

Tal desconhecimento não é de surpreender diante da revelação de que a fiscalização de seu próprio programa de conectividade escolar foi abandonada. "No Ministério da Educação, a equipe que fazia acompanhamento do Banda Larga nas Escolas foi totalmente descontinuada", disse Cesar Rômulo, também do Sinditelebrasil. Assim, o que se tem hoje são apenas os dados que as próprias empresas fornecem – ainda que em diferentes casos as escolas prefiram buscar outros provedores.

Leia mais em:
http://www.institutotelecom.com.br/governo-comeca-novo--projeto-para-conectar-escolas-publicas-a-internet/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/06/2015 - Portal Vermelho

Seis motivos para manter a Petrobras como operadora única do pré-sal

Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulga documento, rejeitando o entreguismo do projeto de lei PLS 131-2015 do Senador José Serra (PSDB-SP).

1 - Para avançar com soberania energética e ambiental: controlando a produção, garantido o abastecimento nacional,evitando a extração predatória, os riscos de acidentes e maiores custos econômicos no futuro. A operação única pela Petrobrás no pré-sal brasileiro garante ao Estado nacional, que detém a maioria do capital votante da empresa, o planejamento da produção, escapando da armadilha da produção rápida e predatória, que compromete os reservatórios e trás inúmeros riscos ambientais como o ocorrido no acidente no campo de frade no litoral do Rio de Janeiro em novembro 2011 operado pela estadunidense Chevron.

O Petróleo por muitos anos será estratégico como energético (responsável por mais de 50% da matriz mundial) e como matéria prima (presente em mais de 3.000 produtos). Garantir, sua exploração e uso adequado na atualidade, e que não faltará este recurso para as futuras gerações de brasileiros é obrigação de todos.

São inúmeros os exemplos de nações que submeteram a produção a multinacionais que operam sobre a lógica meramente econômica e hoje se encontram em maus lençóis. As situações vividas por nossos vizinhos argentinos onde após a privatização exportaram petróleo a 04 dólares o barril e mais tarde tiveram que importar a mais de 100 dólares, ou da Indonésia, que exportou petróleo a 01 dólar o barril e hoje drena seus recursos pagando pelo mesmo barril de petróleo 60 dólares, são procedimentos que não devemos repetir em nosso país.

2 - Para preservar e ampliar o conhecimento, bem que vale mais do que o dinheiro. Ter a Petrobras como operadora única é essencial para garantir o domínio e a continuação do desenvolvimento tecnológico. O nível tecnológico atingido pelos trabalhadores da Petrobrás é fruto de muito trabalho e desenvolvimento científico. Ceder a condição de operadora única dificulta esta vantagem estratégica, expõe nossa capacidade de vanguarda a potenciais competidores e desperdiça oportunidades de aprendizado. A Petrobras recebeu em maio de 2015 o prêmio da OTC (Offshore Technology Conference) considerado o Nobel da indústria petroleira. Este prêmio foi graças a nossa produção no pré-sal. Chegar a essa condição custou sangue, suor e lágrimas a gerações de brasileiros. As três coisas mais importantes para uma empresa de energia são: mercado, reservas e conhecimento tecnológico. O Brasil através da Petrobras detém os três sendo o conhecimento o mais difícil de ser alcançado. Não temos nenhuma dúvida que a história vitoriosa da Petrobrás, e seu extraordinário potencial indica plena capacidade de ser a operadora única no pré-sal. Mesmo vivenciando dificuldades momentâneas em relação a sua capacidade financeira, fato que já esta sendo superado com uma política adequada de preços, a Petrobrás conseguiu em apenas 8 anos após a descoberta do pré-sal, uma produção de cerca de 800 mil barris por dia, fato inédito na indústria do petróleo.

3 - Para garantir que o petróleo produzido e os royalties recolhidos sirvam aos interesses do povo brasileiro. A operadora é responsável por medir o petróleo produzido e submeter a informação às instituições de controle e regulação. A produção sobre as condições do pré-sal, a quilômetros de distancia da costa dificulta e muito a fiscalização. Seguramente a melhor forma de acompanhamento pelo povo, e por nossas instituições nacionais dessa importante questão é estar sob controle da Petrobrás. Ter a Petrobrás como operadora única, com o adequado controle público, é maior garantia na destinação dos Royalties para educação e para a saúde. Além do mais, a propriedade do petróleo da às nações vantagens geopolíticas, na medida em que, o Estado pode administrar uma base natural rara, não renovável, desigualmente distribuído]no planeta e sobretudo essencial para a sobrevivência a segurança e o bem estar de todos os Estados.

4 - Para alavancar o desenvolvimento, com o conteúdo local, gerando mais e melhores empregos. A Petrobrás, como operadora única, tem plenas condições de dirigir os empreendimentos. Incentivando de forma organizada o desenvolvimento da indústria de bens e serviços. Essa condição é essencial para a política industrial brasileira, maximizando o conteúdo local, em bases competitivas, e garantindo o desenvolvimento integrado a nível nacional. Segundo dados do SINAVAL (Sindicato da Construção Naval) apesar da existência de inúmeras operadoras privadas e estrangeiras no Brasil apenas a Petrobras tem encomendas de navios e

plataformas aos nossos estaleiros, portanto, a prática nos conduz a convicção, que sem a Petrobrás, a política do conteúdo local tão importante para impulsionar o desenvolvimento nacional ficará só no papel. A operação e a condução dos empreendimentos pela Petrobrás possibilitam que mais e melhores empregos sejam criados no Brasil. Este fator estimula o estudo, a pesquisa e o conhecimento, potencializando a inteligência local, garantindo as condições para o intercambio de experiência com o conhecimento produzido a nível mundial.

5 - Para manter a integralidade da lei da Partilha. A lei da Partilha 12.351/2010 aprovada pelo congresso Nacional representou um salto de qualidade para a produção de Petróleo no Brasil. Esta lei possibilita a estruturação de uma grande nação alavancando o desenvolvimento nacional, garantindo soberania energética e dando destino social ao retorno econômico, resolvendo assim nossos ainda graves problemas sociais. A Petrobras, como operadora única do Pré-Sal, é parte fundamental do modelo formulado na partilha para garantir esse tripé: soberania energética, desenvolvimento econômico e destinação social. Mudar esse ponto irá "desfigurar a Lei da Partilha" comprometendo a utilização adequada de um recurso que a natureza levou 150 milhões de anos para produzir.

6 - Porque acreditamos no Brasil, na nossa potencialidade e na nossa capacidade. A História da indústria do petróleo em nossa Pátria é cheia de desafios, que foram sendo superados um a um com perseverança, determinação e muito trabalho. Superamos o desafio de encontrar o sonhado petróleo no Brasil. Superamos o desafio de desenvolver uma empresa e uma indústria potente e exemplar. Superamos o desafio de sermos autossuficientes em petróleo. Superamos o desafio histórico, ao descobrir o pré-sal, que para o consumo nacional, temos petróleo para mais de 100 anos. Confiamos plenamente no povo brasileiro, na capacidade de superarmos problemas que possam surgir. A Petrobrás operadora única no pré-sal é mais uma conquista histórica. Manter esta conquista é um desafio de todos que lutam por um país justo, democrático e fraterno.

16/06/2015 - CUT

Redução não é a solução!

E ampliar a pena dos jovens infratores, é?

Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumenta o tempo de internação de jovens que cometem crimes graves, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem fortes indícios de ser aprovado como alternativa a PEC 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, aprovada no congresso e tramitando no senado.

A proposta do senador do PSDB, José Serra, propõe que o tempo de internação máxima passasse de três para dez anos. Já tramita na casa também a proposta de outro tucano, o senador Aécio Neves, que torna crime hediondo e triplica a pena para quem usar criança e adolescente para a prática de delitos.

O ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, afirmou nesta terça-feira que o governo vai apoiar a proposta do senador tucano, José Serra, que amplia o tempo de internação para jovens que cometem crimes graves, bem como sua separação para cumprimento de pena de jovens que cometam infrações mais leves.

Cardozo disse que o governo pretende, a partir de agora, discutir a proposta junto às bancadas dos partidos do Congresso Nacional. “Estamos abertos a dialogar amplamente para que possamos em torno dessa proposta buscar consenso. Não temos que ter disputas político-partidárias nesse assunto. É um erro, uma infantilidade”, argumentou.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/06/2015 - Carta Maior

A Coca-Cola no Brasil possui nove vezes mais substância cancerígena

Bebida vendida no Brasil é a que possui maior concentração de substância possivelmente cancerígena. São nove vezes o limite estabelecido na Califórnia

Brasil é o país que possui maior concentração de substância possivelmente cancerígena na Coca-Cola, nove vezes o limite estabelecido pelo governo da Califórnia (EUA)

A Coca-Cola comercializada no Brasil contém a maior concentração da substância 4-MI (4-metil-imidazol), presente no corante Caramelo IV, classificado como possivelmente cancerígeno. O resultado é de um teste do CSPI (Centro de Ciência no Interesse Público, em tradução livre), da capital norte-americana, Washington D.C. Eles avaliaram também a quantidade da substância nas latas de Coca-Cola vendidas no Canadá, Emirados Árabe, México, Reino Unido e nos Estados Unidos.

Um estudo feito pelo Programa Nacional de Toxicologia do Governo dos Estados Unidos já havia apontado efeitos carcinogênicos do 4-MI em ratos, e fez com que a Iarc (Agência Internacional para Pesquisa em Câncer), da OMS (Organização Mundial da Saúde), incluísse o 4-MI na lista de substâncias possivelmente cancerígenas.

Concentrações

O Idec fez um pesquisa sobre os refrigerantes e energéticos que possuem o corante Caramelo IV em sua fórmula. O levantamento verificou que a regulação brasileira sobre o tema é falha e que os fabricantes de refrigerantes e bebidas energéticas não estão dispostos a informar ao consumidor a quantidade da substância tóxica em seus produtos.

Diante dos estudos que apontam para o perigo desse aditivo, o Instituto questionou se as empresas parariam de utilizá-lo. Na ocasião, o Idec enviou cartas à diversas empresas e à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) questionando-os sobre a periculosidade do Caramelo IV e sua associação com o câncer.

De acordo com o CSPI, o refrigerante vendido no Brasil contém 263 mcg (microgramas) de 4-MI em 350 ml, cerca de 267mcg/355ml. Essa é uma concentração muito grande quando comparada com a segunda maior, vendida no Quênia, com 170 cmg/355ml. Confira os demais resultados na tabela abaixo:

A Coca-Cola do Brasil traz nove vezes o limite diário de 4-MI estabelecido pelo governo da Califórnia, que estipulou a necessidade de uma advertência nos alimentos que contiverem mais que 29 mcg da substância. Além dessa quantidade diária, o risco de câncer seria maior do que um caso em 100 mil pessoas.

Os limites atuais para a quantidade de Caramelo IV nos alimentos, estabelecidos pelo Jecfa (um comitê de especialistas em aditivos alimentares da FAO/OMS), são baseados em estudos da década de 1980. Além disso, aqueles estudos foram gerados pela International Technical Caramel Association. Com os estudos que agora vem à tona, espera-se que os limites e a legislação atuais, tanto internacional como nacional, sejam alterados.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/06/2015 - Altamiro Borges

Tucanos tentam golpe contra Petrobras

Tempos realmente sombrios!

Os tucanos não perdem tempo.

E quando falo em tucanos, refiro-me a tucanos de todos os partidos, inclusive do PT (caso do senador Delcídio Amaral).

O negócio é aproveitar a fragilidade do governo para detonar a Petrobrás.

Em 2010, o Wikileaks vazou um bilhete diplomático norte-americano que mencionava reunião entre Serra e a diretora da Chevron, Patrícia Pradal.

Em reunião com Pradal, o tucano confessou tudo. Se o PSDB voltasse ao poder, iria mudar as regras de partilha, beneficiando a indústria americana:

"Deixa esses caras [do PT] fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava… E nós mudaremos de volta", disse Serra a Patricia Pradal, diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com o Governo da petroleira norte-americana Chevron, segundo relato do telegrama.

PSDB'S SERRA REPORTEDLY OPPOSES FRAMEWORK, BUT NO SENSE OF URGENCY

¶3. (C) According to IBP's Pradal, likely PSDB 2010 Presidential Candidate Jose Serra opposed the framework, but seemed to lack a sense of urgency on the issue. She quoted him as telling industry representatives, "Let those guys [Worker's Party] do what they want. There will be no bid rounds, and then we will show everyone that the old model worked...And we will change it back." As for what would happen to foreign oil companies in the meantime, Serra reportedly remarked, "You will come and go." Congressional sources have also told Embassy officers that Serra has signaled PSDB and other opposition sources that they should amend - but not oppose the final Pre-Salt legislation, and urged opposition legislators to avoid vocal opposition to the law.

Petroleiros vão a Brasília contra projeto de Serra que fragiliza Petrobras

Trabalhadores estarão na capital federal nesta terça (16) contra texto de senador do PSDB que pretende revogar a participação da estatal na exploração do pré-sal

Uma caravana do Sindipetro Unificado de São Paulo, filiado à CUT, estará na capital federal, nesta terça-feira (16), para protestar contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131, de 2015, do senador José Serra (PSDB-SP). Em Brasília, os senadores podem aprovar que a medida comece a ser votada imediatamente.

O texto altera a Lei de Partilha nº 12.351, de 2010, e revoga a participação obrigatória da Petrobras no modelo de exploração da produção de petróleo na camada pré-sal, que coloca a empresa como operadora única na gestão do pré-sal, além de garantir a participação mínima da companhia nos campos.

Caso aprovado no Senado – o PLS ainda tramitará na Câmara, antes de voltar a sua casa de origem –, o projeto será votado em regime de urgência sem passar por comissões. No trâmite normal, ele seria apreciado pelas comissões do Senado de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

Coordenador Regional do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP), Verenissimo Barçante, explica que este afetará o atual modelo que coloca a Petrobras como operadora única na gestão do pré-sal com uma participação mínima de 30%. "Todo o fluxo de petróleo é acompanhado pela estatal, que opera e monitora. Isso [PLS 131/2015] representaria tirar o controle do governo diante dos recursos brasileiros, o que afetará a soberania", destaca.

Também dirigente do Sindipetro-SP, Gustavo Marsaioli alerta que os investimentos em setores do Brasil poderá ser prejudicado. "Hoje, de todo o recurso explorado no pré-sal, há um fundo que vai para a educação e a saúde. Se esse projeto for votado, entre outras coisas isso significa menos recurso federal para essas áreas", pontua.

Leia mais em:

http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/06/tucanos--tentam-golpe-contra-petrobras.html